



Relatório

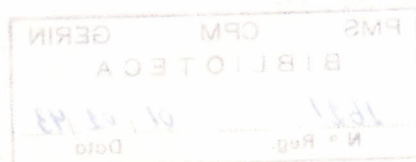
# ÁREAS DE PROTEÇÃO SÓCIO ECOLÓGICA



SALVADOR  
PREFEITURA MUNICIPAL



PROGRAMA DE TRABALHO PARA  
AS ÁREAS DE PROTEÇÃO  
SÓCIO-ECOLÓGICAS-APSE



OUTUBRO/90

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**

Prefeito: Fernando José Guimarães Rocha

**CENTRO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL - C.P.M.**

Presidente: Francisco Dantas Antônio Monteiro

**GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - GEDEM**

Gerente: Terezinha Lúcia Gonsalves Rios

Sugestão de Planos Específicos

Subgerente: Maria do Socorro A. Fialho da Silva

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO:**

GRUPO DE TRABALHO APSE/BAIXA RENDA

Arquiteta: Heliane Maria Ferreira Leite

Arquiteta: Lídia Rocha Aguiar de Souza Bastos

Arquiteta: Lúcia Maria Leal Gonçalves Pereira

**COLABORAÇÃO:**

Grupo de Trabalho da Biblioteca do C.P.M.

Desenhista: Edmilson de Matos Victório

Estagiário de Arquitetura: Luis Gomes Neto

**APOIO:**

Mecanografia: João de Deus

Digitação: Nailson Guimarães Marques

Nilson Guimarães Marques

Norma Sueli Mendes Pereira

## SUMÁRIO

### 1. INTRODUÇÃO

### 2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

2.2. Objetivos Específicos

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Etapa 1. Programação do Trabalho

3.2. Etapa 2. Avaliação Crítica do Planejamento para APSE

3.3. Etapa 3. Organização do Seminário

3.4. Etapa 4. Definição do Processo de Planejamento com  
Articulação Técnico Administrativa

### 4. ATIVIDADES

### 5. PRODUTOS

### 6. CRONOGRAMA

### 7. RECURSOS HUMANOS

### 8. RECURSOS MATERIAIS



## 1. INTRODUÇÃO

O processo de planejamento a nível municipal, das áreas de baixa renda, teve início em 1976, no bairro de Nordeste de Amaralina, com a elaboração do projeto, incluindo Legislação Específica e contatos para a captação de recursos. Sua implementação foi iniciada com as obras de urbanização do Vale das Pedrinhas, em 1980.

No mesmo período, experiência semelhante ocorreu no bairro do Calabar, onde também foi elaborada Legislação Específica, e cujas obras de urbanização foram iniciadas em 1981.

A partir daí, vários projetos se sucederam na cidade. Em 1980, com o projeto Vale do Camurujipe, foram realizadas obras de urbanização e infra-estrutura em assentamentos de baixa renda, cujos projetos nem sempre foram acompanhados de um planejamento integrado, legislação específica e/ou participação direta e sistemática da comunidade.

Dentro do processo de planejamento, a proposta para o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB) estabelece "Diretrizes Específicas para Planos, Programas e Projetos", na qual propõe a institucionalização das Áreas de Proteção Sócio-Ecológicas - APSE.

Com a Lei nº 3377/84 decorrente do P.D.D.U. foi criada a figura da APSE, como uma subcategoria das áreas sujeitas a Regime Específico - ASRE, estabelecendo o conceito e as normas para sua institucionalização.

Foram identificadas inicialmente 34 APSES, sendo a de Nova Brasília a primeira a ser institucionalizada, por iniciativa do Poder Legislativo Municipal.

As 33 APSES restantes foram institucionalizadas pela Lei nº 3592/85, que "dispõe sobre o enquadramento e delimitação em caráter preliminar de Áreas de Proteção Sócio-Ecológica - APSE no município de Salvador e estabelece medidas para a sua regulamentação definitiva e dá outras providências".

Em 1985 foram elaborados os Termos de Referência para os Planos Específicos das APSE, os quais foram regulamentados através do Decreto nº 7750/86.

Dando continuidade ao Processo de Planejamento e Regulamentação dessas áreas, cabe se proceder uma reavaliação crítica do conceito, critérios de enquadramento, parâmetros urbanísticos, etc... visando fornecer subsídios para a elaboração de novos Termos de Referência, que nortearão os Planos Específicos para as APSES.

**OBS:** Dados extraídos dos Termos de Referência para os Planos Específicos das Áreas de Proteção Sócio-Ecológicas - APSE. Novembro-1986.

## 2. OBJETIVOS

### 2.1. Objetivo Geral

Reavaliar o planejamento da cidade em relação a áreas de baixa renda, em especial às áreas de Proteção Sócio-Ecológicas, visando garantir o direito de cidadania às populações residentes nessas áreas.

### 2.2. Objetivos Específicos

1. Avaliar o conceito de Áreas de Proteção Sócio-Ecológica, contido na Legislação vigente e no estudo de imagem ambiental urbana - (GT. PLANDURB-OCEPLAN).
2. Avaliar os critérios para enquadramento e parâmetros urbanísticos das Áreas de Proteção Sócio-Ecológica estabelecidos na Legislação.
3. Definir, através de avaliação crítica, o conceito de Plano Urbanístico para APSE.
4. Avaliar os resultados práticos dos planos existentes para a zona homogênea do Nordeste de Amaralina e Calabar.
5. Analisar a listagem e hierarquização das APSE segundo a avaliação dos critérios.

## 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS - ETAPAS

A presente proposta de trabalho visa a inserção dos Planos Urbanísticos das APSES na conceituação mais atual do Planejamento Urbano.

Um instrumento para os diversos agentes que participam da produção do espaço urbano;

Um instrumento que aponte condições para um desenvolvimento econômico mais conseqüente do ponto de vista social e ambiental. (\*)

Segundo este norteamento, os procedimentos metodológicos deverão operacionalizar os objetivos explicitados a partir da conceituação referida.

### Etapa 1 - Programação do Trabalho

Esta Etapa caracteriza-se pela coleta e organização dos dados e trabalhos existentes sobre APSE e áreas de baixa renda.

(\*) Carta de ANGRA



## Etapa 2 - Avaliação Crítica do Planejamento para APSE

Para a elaboração da avaliação crítica do que até se fez no campo do planejamento urbano em relação às áreas de baixa renda definidas como APSE serão necessárias atividades de estudo e análise de confronto entre os trabalhos produzidos e a realidade social.

Nesta proposta, consideram-se, preliminarmente, APSE como áreas que justificam uma estrutura dinamizadora coerente com o contexto urbano onde se inserem.

E na Etapa 2 serão realizadas atividades de cruzamento e sistematização de dados, de avaliação em campo do impacto causado por intervenções urbanísticas e do estudo dos problemas que impedem implementação de planos.

Estas atividades induzem ao 1º produto do trabalho:

- Sistematização das informações e trabalhos sobre APSE.

## Etapa 3 - Organização do Seminário Sobre Planos Urbanísticos

As atividades desta etapa deverão conduzir a mais um produto do trabalho: um Relatório que será discutido em Seminário com participação de técnicos da Gerência de Desenvolvimento.

Como consequência do seminário, surgirão subsídios que orientarão atividades da próxima etapa.

## Etapa 4 - Definição do Processo de Planejamento com Articulação Técnico/Administrativa

Na Etapa 4 serão definidos 3 produtos:

- Os novos Termos de Referência para os Planos Urbanísticos das APSES;
- Um planejamento integrado e participativo com articulação dos vários órgãos governamentais;
- Esboço preliminar do Plano Urbanístico da APSE escolhida como prioritária.

Caberá ao CPM integrar as várias interfaces do trabalho (órgãos administrativos que se relacionem no trato das áreas de baixa renda e que também se relacionem com as comunidades\*) para garantir a internalização por toda a comunidade de estratégias de estruturação das APSES.

---

\* - destas áreas

A articulação visa também integrar na estratégia de planejamento as tomadas de decisão vindas no âmbito Político/Administrativo.

#### 4. ATIVIDADES

As atividades a serem desenvolvidas foram sub-divididas em quatro (04) etapas a seguir:

##### Etapa 1 - Programação do Trabalho

4.1. Levantamento e coleta de informações existentes no CPM através de:

- 4.1.1. Leis e Decretos
- 4.1.2. Projetos e propostas de intervenção em áreas de baixa renda
- 4.1.3. Termos de Referência e demais documentos sobre as APSES
- 4.1.4. Planos Urbanísticos existentes para as APSE
- 4.1.5. Cartografia
- 4.1.6. Organização do Material coletado.

##### Etapa 2 - Avaliação crítica do Planejamento para APSE

4.2. Estudo e avaliação crítica das informações coletadas visando a elaboração para APSE:

- a) Da experiência do planejamento municipal em Planos Urbanísticos para APSE. (Conteúdo dos planos, resultados práticos, problemas etc...)
- b) Da Legislação Específica (critérios de enquadramento, parâmetros urbanísticos).

4.3. Revisão do Conceito de APSE

4.4. Análise das áreas de baixa renda com vistas ao enquadramento ou não das mesmas como APSE

4.5. Revisão do conceito de Plano Urbanístico para APSE

4.6. Revisão dos Termos de Referência

##### Etapa 3 - Organização do Seminário

4.7. Elaboração da listagem dos APSES sugerindo priorização para indicação de planos e ações específicas

4.8. Elaboração de documento sobre APSE em forma de relatório, para discussão em seminário a ser promovido pelo CPM



Etapa 4 - Definição do Processo de Planejamento com Articulação Técnico/Administrativo

- 4.9. Contatos com a GERIN
- 4.10. Análise e Sistematização
- 4.11. Elaboração dos Termos de Referência
- 4.12. Articulação com diversos órgãos da esfera Municipal e Estadual, objetivando a coleta de informações referentes as APSE a serem estudadas e futuro envolvimento dos mesmos com o trabalho, segundo diretrizes do CPM
- 4.13. Escolha da APSE a ser trabalhada de acordo com diretrizes governamentais
- 4.14. Esboço preliminar do Plano de Trabalho da APSE escolhida.

5. PRODUTOS

Os produtos pretendidos nesta proposta são:

1. Sistematização das informações e trabalhos existentes sobre as APSE.
2. Relatório sobre APSE para discussão em seminário a ser promovido por este CPM.
3. Elaboração de novos Termos de Referência para os Planos Específicos das APSE.
4. Planejamento integrado e participativo com articulação dos vários órgãos governamentais.
5. Esboço preliminar do Plano Urbanístico da APSE escolhida como prioritária.

7. RECURSOS HUMANOS

ARQUITETOS - 03

CONSULTORES:

- . Maria de Azevedo Brandão - Socióloga
- . Fernando Pedrão - Economista

## 8. RECURSOS MATERIAIS

Quanto aos materiais de consumo e permanentes, estes já foram listados e encaminhados à Sub-gerência de Planos Específicos para as providências.

Ressaltamos a importância da disponibilidade constante do veículo para atender aos serviços de campo e contatos com os diversos órgãos que se tornam necessário por força do trabalho.



GRUPO APSE / BAIXA RENDA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
E  
LINHAS DE AÇÃO PARA  
NOVOS ALAGADOS

SETEMBRO-DEZEMBRO/1990

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**

Prefeito: Fernando José Guimarães Rocha

**CENTRO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL - C.P.M.**

Presidente: Francisco Antônio Dantas Monteiro

**GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - GEDEM**

Gerente: Terezinha Lúcia Gonsalves Rios

Sugestão de Planos Específicos

Subgerente: Maria do Socorro A. Fialho da Silva

**ELABORAÇÃO:**

GRUPO DE TRABALHO AFSE/BAIXA RENDA

Arquiteta: Heliane Maria Ferreira Leite

Arquiteta: Lúcia Maria Leal Gonçalves Pereira

Arquiteta: Lídia Rocha Aguiar de Souza Bastos

**COLABORAÇÃO:**

Grupo de Trabalho da Biblioteca do C.P.M.

Arquiteta: Maria Tereza Andion Torreão

Arquiteta: Rosemary de Cerqueira Val

**APOIO:**

Mecanografia: João de Deus

Digitação: Nilson Guimarães Marques

Norma Sueli Mendes Pereira



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.

G.T. APSE / BAIXA RENDA.

PERÍODO SET / DEZ 90.

## 1. PESQUISAS:

- 1.1 LEVANTAMENTOS: SEPLAN - MATERIAL DE BAIROS DE BAIXA RENDA E APSES DO XERVO DO GRUPO DE HABITAÇÃO - D.D.U.
- C.P.M - MATERIAL EXISTENTE NAS BIBLIOTECAS, SOBRE AS ÁREAS DE PROTEÇÃO SÓCIO ECOLÓGICA - APSE. (LEGISLAÇÃO, TRABALHOS E CARTOGRAFIA).
  - RENURB - PROJETOS E DOCUMENTOS EXISTENTES NAS BIBLIOTECAS.
  - SEMAS - TRABALHOS EXISTENTES NAS BIBLIOTECAS.
  - SETHA - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DE 7 ÁREAS DE BAIXA RENDA.

## 1.2 SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS:

- VIAS ARTERIAIS I e II E VIAS COLETORAS EM REVISÃO AS APSES.
- TABELA - ÁREAS DE BAIXA RENDA / APSES.
- CRUZAMENTO DE DADOS REFERENTES À IDENTIFICAÇÃO, CRITÉRIOS, DIRETRIZES E MEDIOS DE OPERACIONALIZAÇÃO.

## 1.3 VISITAS A

- CAMPO:
- NOVOS ALUGADOS.
  - MIRANTE DO BONFIM.
  - BAIXO DE LUIS ANSELMO.
  - BAIXO DO TUBO.

- POLÊMICAS.
- CANDEAL PEQUENO I e II.
- ALTO DO CANJIRA.
- ROCHAS DAS SIBINAS.

## 2. ESTUDOS:

- PLANOS: ITAPUÃ, ORLUS, RA-07, SÃO LUZARO, SUBÚRBIO.
- PROPOSTA DE URBANIZAÇÃO DO CASBAR.
- LEI DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.
- PROGRAMAS DE AÇÃO INTEGRADA.
- LEI DO PREZEIS (PLANO DE REGULAMENTAÇÃO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL).
- DOCUMENTOS REFERENTES ÀS AÇÕES EUROPEIAS REALIZADAS PELO SEPUSN.
- CARTA DE ANGRA.
- AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DA P.M.S. NAS ÁREAS DE BAIXA RENDA.
- RELATÓRIO DA DR-05.
- INFORME SOBRE PLANO DIRETOR DE SÃO PAULO.
- CONTRIBUIÇÃO PARA DEFINIÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES DO C.P.M.
- DOCUMENTOS SOBRE PLANEJAMENTO URBANO.



### 3. ESTUDO E

REVISÃO: TERMOS DE REFERÊNCIA PARA OS DPSE'S.

- LEGISLAÇÃO REFERENTE OS DPSE'S. (CRITÉRIOS DE ENDOORNAMENTO, PARÂMETROS URBANÍSTICOS ETC.
- CONCEITO DE DPSE.
- PRIORIZAÇÃO DOS DPSE'S.
- CONCEITO DE PLANO URBANÍSTICO P/ DPSE.

### 4. CONTEXTOS:

- COHAB - POSIÇÃO, SEGUNDO TÉCNICOS, SOBRE O PROGRAMA HABITACIONAL PARA ÁREAS DE BAIXA RENDA.
- SETHA - PROGRAMA DE LEGALIZAÇÃO DE TERRAS
- POLÊMICAS - REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DOS SENHORES DA CONCEIÇÃO.
- ALTO DO CANJICA - MORADORES DA ÁREA.
- ROÇA DAS SABINAS - MORADORES E REPRESENTANTES DAS ASSOC. COMUN. ROÇA SABINA.
- NOVOS ALEGRES - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO 1º DE MAIO.
- "EXTINTA" HANESIA. - TÉCNICO QUE TRABALHOU EM ALEGRES.
- SURCOP - CONSULTA SOBRE BAIXO DE LUIS ANSELMO

### 5. ARTICULAÇÃO:

- D.R. 05. - ENTREGA INFORMAL DE ANOTAÇÕES SOBRE O SEMINÁRIO, INFORME SOBRE PLANO LOCAL INTEGRADO

- VIABILIZAÇÃO DE REUNIÃO DO C.P.M. COM A XR-05. FORNECIMENTO DO RELATÓRIO AOS TÉCNICOS DO C.P.M. PARA SUBSIDIAR A REUNIÃO.
- GERIN - BIBLIOTECA - CONTRIBUIÇÃO PARA O CADERNO DE RECORTES DE JORNALIS.

## 6. REUNIÕES.

- GEDEM - DISCUSSÃO SOBRE O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES.
- DISCUSSÃO SOBRE DEFINIÇÃO DE APSE, CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO, TERMOS DE REFERÊNCIA.
- SUB GERENTE - PLANEJAMENTO COM PROGRAMA DE AÇÕES, CRITÉRIOS E PARÂMETROS.
- GEDEM E REPRESENTANTE DA A.V.S.I - ENCAMINHAMENTO DAS ATIVIDADES A PARTIR DO TRABALHO JÁ REALIZADO E DO REFERENCIAL "NOVOS SUGADOS".
- GEDEM E G.T. "LEG" - PROCESSO PARA LICENÇA DE EMPREENDIMENTO NA APSE NORDESTE DE ANDARAÍMA.
- ARMANDO PONTES - PARECER DO PROCESSO NORDESTE DE ANDARAÍMA.
- G.P.M / CONSULTOR K.A. - CARGOS E FUNÇÕES DO C.P.M.
- G.T. "PLU" - HISTÓRICO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANÍSTICO DA P.M.S.
- ANÁLISE DO SEMINÁRIO SOBRE PLANOS URBANÍSTICOS.



— G.T.'S DA GEDEM - PL. ESP. - SEMINÁRIO SOBRE OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO DE ENSINO DO C.P.M.

— G.T. (INTERNO). - SUGESTÕES PARA PROGRAMAÇÃO DE UMA 2ª ETAPA DO TRABALHO INCLUINDO NOVOS ASSUNTOS.

## 7. PLANEJAMENTO:

— PLANO DE TRABALHO PARA 1990 INCLUINDO PROGRAMAÇÃO DE INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO ENTRE ORGÃOS.

— ESBOÇO DE ARTICULAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS E/OU OBRAS NAS ÁREAS DE VISITAS.

## 8. PROCESSO:

PARECER TÉCNICO - PROCESSO Nº 14654 - SUCOM.  
DE 09.08.90 - INTERESSADO: SOGERAL LTDA.

# ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS - EMBASSADAS EM UM PROGRAMA DE LINHAS DE AÇO.

## 1. CONTATOS:

1.1 NOVOS SUGADOS - URBIS - AQUISIÇÃO DO PUSNO "NOVOS SUGADO

- CONDER - AQUISIÇÃO DE DADOS VIA G.T. "HAB".

- REXURB - CONSULTA AO DIRETOR SOBRE PROJETO DE SUA AUTORIA PARA A ÁREA.

- EMBASSA - ANÁLISE DE PROJETO DE INFRA-ESTRUTURA PARA A ÁREA OU SOLICITAÇÃO DE PROJETO

- COELBA - IDEM EMBASSA.

- CAPITANIAS DOS PORTOS - ANÁLISE DO(S) PUSNO(O) OU SUBSÍDIO PARA PUSNO.

- C.R.A. - ANÁLISE DO IMPACTO AMBIENTAL DO PUSNO(S).

- SEMURB - IDEM C.R.A.

1.2. RUA DAS SERRAS - LINDURB. E SUMAC - PROBLEMAS NA ENCOSTA.

1.3 BARRIO DE LUIZ - SUCOM E SURCOP - CONSULTA REFERENTE A NOTÍCIA DE MUDANÇA DE RELOCAÇÃO OU EXPULSÃO, EM DECORRÊNCIA DE ABERTURA DE VIAS E IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO.

1.4 ALTO DAS SERRAS - IDEM BARRIO DE LUIZ MUSELMO



1.5. POLÊMICAS - SUCOM - CONSULTA SOBRE LICENÇA PARA  
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E DERUBAÇÃO DE  
BARRACOS (EDIFÍCIOS E BARRACOS NA MESMA  
ÁREA DITA "ÁREA VERDE E NÃO EDIFICÁVEL")

1.6. CASO DE AL PEQUENO - SUCOM - SOBRE LEGITIMIDADE DAS CERCA  
I e II DE ISOLAMENTO.  
SETIM - IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FUN  
DÁRIA DA ÁREA

2. REUNIÕES :

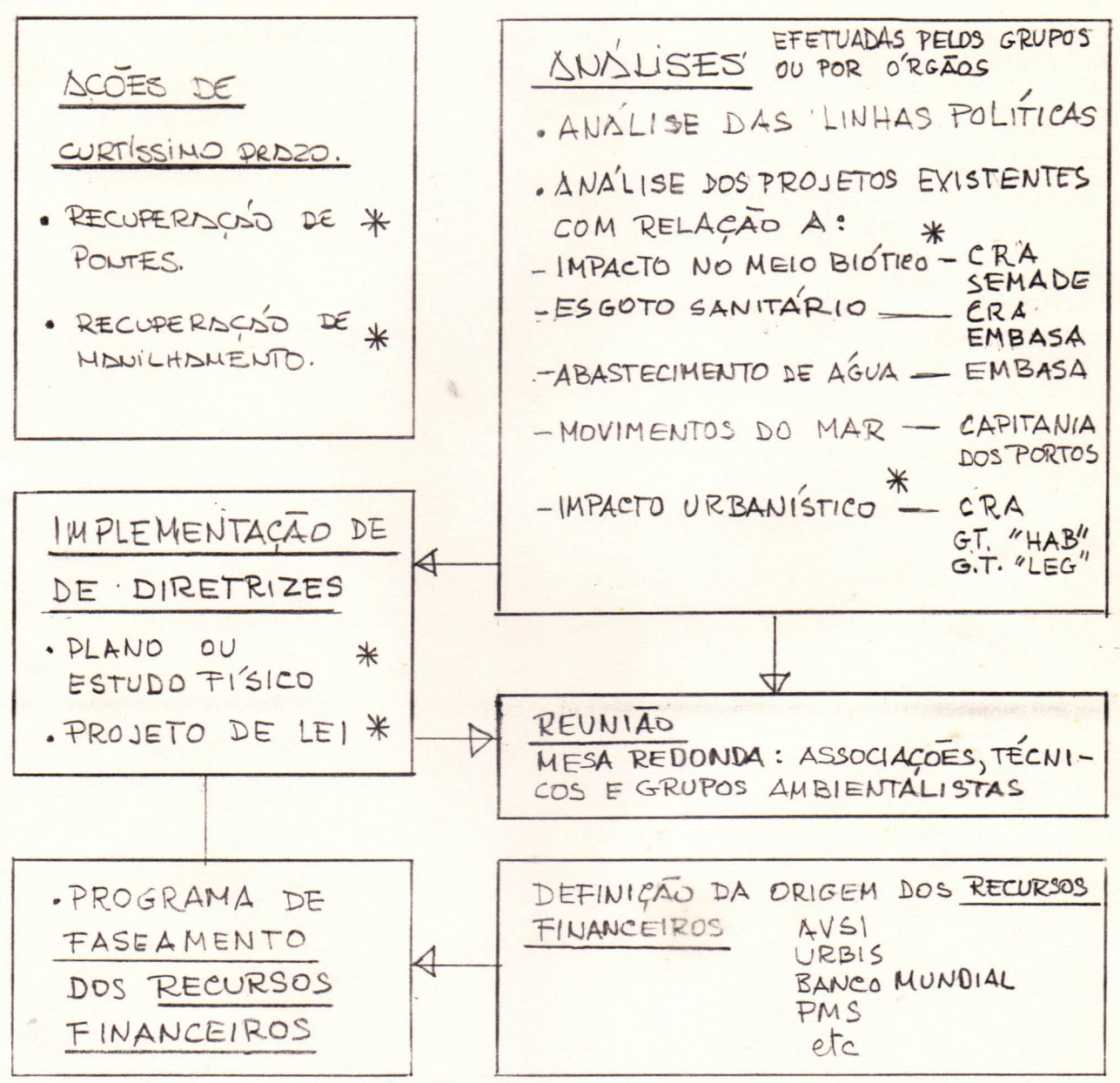
- G.T. HSB. E HELOISA - REVISÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIAS.
- G.T. LEG. - REVISÃO DO CONCEITO, CRITÉRIOS E PARÂMETROS URBANÍSTICOS PARA DPSE.
- GEDEM - ESCOLHA DOS PRIMEIROS DPSE A SER TRABALHADOS.

# NOVOS DESAFIOS

LINHAS DE AÇÃO - GERENCIAMENTO

ARTICULAÇÃO.

DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS.



\* ARTICULAÇÃO COM SEMAS E COMUNIDADE

OBS.:

PROJETOS EXISTENTES: URBIS  
RENURB



• PLANO OU ESTUDO FÍSICO — A SER ELABORADO, CASO OS PROJETO OU PLANOS EXISTENTES NÃO CORRESPONDAM AS ANÁLISES OU AS REIVINDICAÇÕES DA COMUNIDADE,

O GRUPO PROPÕE:

CONTATOS COM AS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS PARA AFERIMENTO DE DADOS E NECESSIDADES,

POR EXEMPLO:

- NUCLEAÇÕES EXISTENTES OU NÃO
- CARACTERÍSTICAS DE VIVÊNCIA OU CONTATOS VICINAIS A PRESERVAR
- LOCAIS PREFERIDOS PARA LAZER  
REUNIÕES  
ESCOLAS  
CRECHES

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO ESTUDO

- LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS  
EM ESPECIAL: POSTO DE PESCA (COLÔNIA DE PESCA)  
POSTO MÉDICO  
EQUIP. DE PRODUÇÃO ] PROPOSTA DA "AVSI"
- DIRETRIZES PARA CIRCULAÇÃO:  
VIAS DE PEDESTRES  
VIAS DE ACESSO AO TRANSPORTE PARTICULAR — PARA PRIMEIROS SOCORROS
- DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS

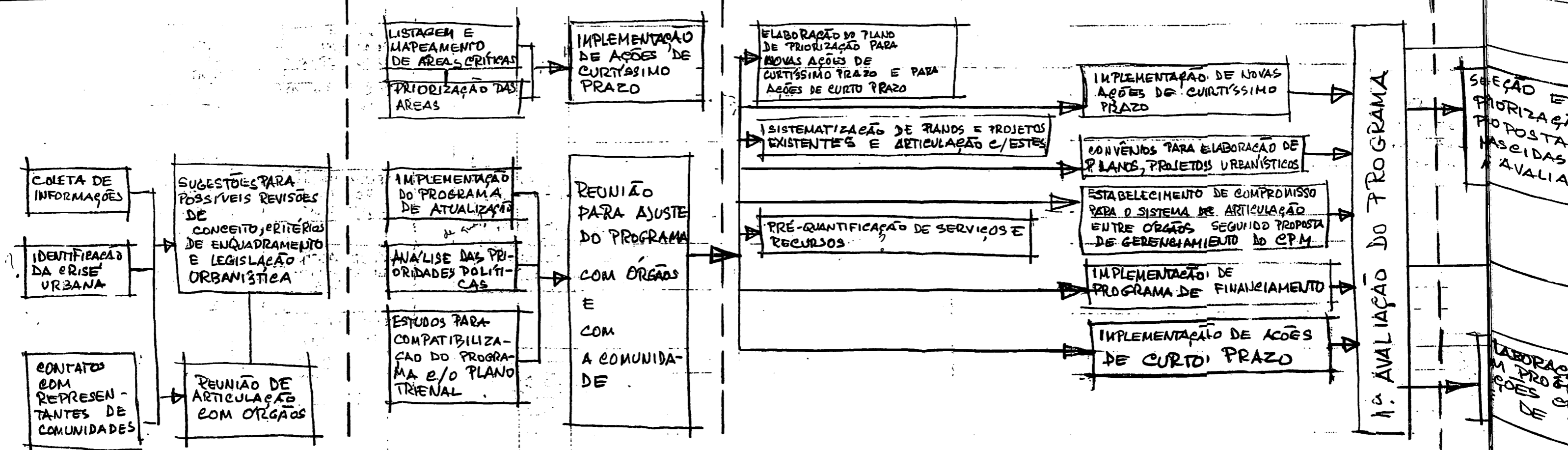


# PROGRAMA DE AÇÃO PARA APSE'S E ÁREAS DE BAIXA RENDA

## ATIVIDADES PRELIMINARES

## AÇÕES DE CURTISSIMO PRAZO

## AÇÕES DE CURTO PRAZO



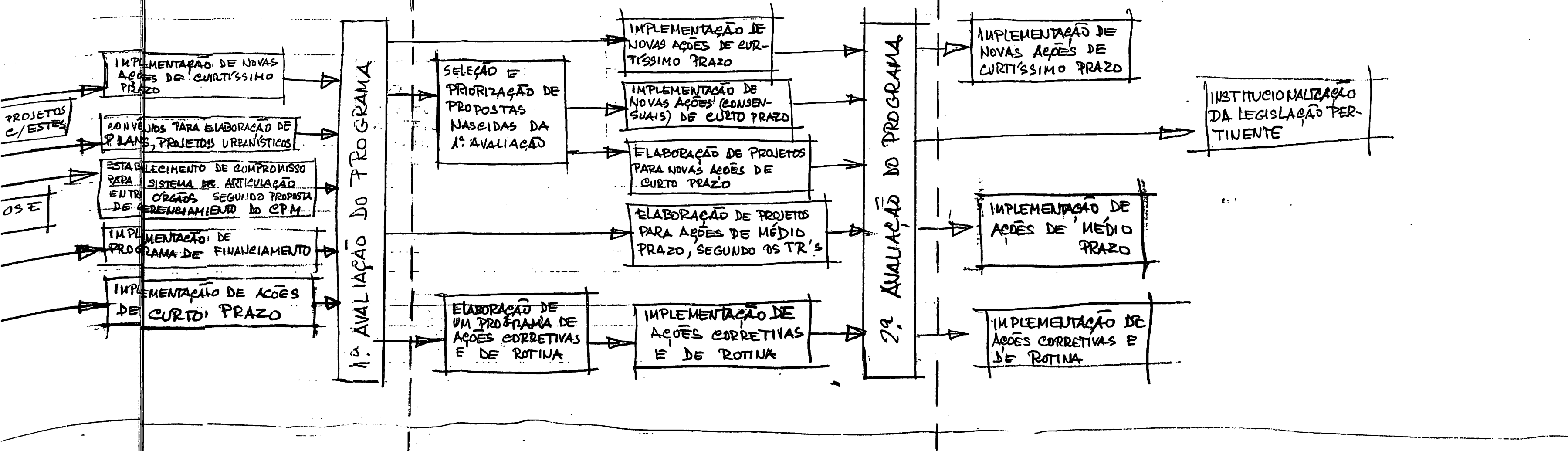
### Metodologia das TR's

- ESTUDO DE PARÂMETROS ESPECÍFICOS
- ESTUDO DE PLANOS DE INVESTIMENTOS POR ÁREA
- ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE TRABALHO ESPECÍFICOS POR ÁREA
- MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

- APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE TRAB. AO CPM PARA APROVAÇÃO
  - " " " " " " AOS MORADORES DA APSE EM ESTUDO
  - PRODUÇÃO DO DIAGNÓSTICO / PROGNÓSTICO
  - RELATÓRIO CONCLUSIVO
- PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES NA ELABORAÇÃO E NAS CONCLUSÕES.

ÁREAS DE BAIXA RENDA  
CURTO PRAZO

ACÕES DE MÉDIO PRAZO



PLANO DE TRAB. AO CPMI PARA APROVAÇÃO  
" " " " AOS MORADORES DA APSE EM ESTUDO  
PRONÓSTICO / PRONÓSTICO PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES  
NA ELABORAÇÃO E NAS CONCLUSÕES

ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PRELIMINAR DO PLANO ESPECÍFICO  
ESTRUT. FÍSICO-TERRITORIAL/DELIMITAÇÃO/DEFINIÇÃO  
DAS INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS/PROGRAMAÇÃO  
PARA O PROCESSO DE DISCUSSÃO

- 1ª MINUTA DO PLANO
- ANTE-PROJETOS DE LEI PARA O PLANO ESPECÍFICO E PARA A LOUDS

MINUTA PARA DISCUSSÃO NO LEGISLATIVO

GEDEM - PLANOS ESPECÍFICOS  
GRUPO APSE/BAIXA RENDA

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO  
URBANÍSTICA PARA APSE E  
ÁREAS DE BAIXA EM SALVADOR

MARÇO/1991



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**

Prefeito: Fernando José Guimarães Rocha

**CENTRO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL - C.P.M.**

Presidente: Francisco Antônio Dantas Monteiro

**GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - GEDEM**

Gerente: Terezinha Lúcia Gonsalves Rios

Sugestão de Planos Específicos

Subgerente: Maria do Socorro A. Fialho da Silva

**ELABORAÇÃO:**

GRUPO DE TRABALHO APSE/BAIXA RENDA

Socióloga: Angela Melquíades

Arquiteta: Heliane Maria Ferreira Leite

Arquiteta: Lúcia Maria Leal Gonçalves Pereira

**COLABORAÇÃO:**

Grupo de Trabalho da Biblioteca do C.P.M.

Desenhista: Edmilson de Matos Victório

**APOIO:**

Mecanografia: João de Deus

Digitação: Nailson Guimarães Marques

Nilson Guimarães Marques

Norma Sueli Mendes Pereira

## APRESENTAÇÃO

O Programa de Intervenção Urbanística para APSE e ÁREAS DE BAIXA RENDA do Município de Salvador é o resultado de estudos efetuados pelo Grupo de Trabalho "GT-APSE" criado pela Sub-Gerência de Planos Específicos da GEDEM no exercício de sua competência definida no Art. 2º-IV e VIII do Estatuto do CPM.\*

A proposta inicial do trabalho definia-se pela construção de uma base para atuação municipal nas APSE através de Planos Urbanísticos elaborados segundo os Termos de Referência específicos e de um sistema de articulação entre secretarias e órgãos governamentais com atividades vinculadas às necessidades das áreas em questão.

Esta proposta, no entanto, a partir da análise dos documentos e das informações colhidas a nível primário e secundário, em confronto com a realidade sócio-econômica e político-administrativa desta cidade, passou a ter um direcionamento mais abrangente, considerando não só as áreas definidas como APSE mas, também as áreas de baixa renda com disfunções urbanas tais que se configurem em crises para o desenvolvimento orgânico da Cidade.

O "GT-APSE/BAIXA RENDA"\*\*, assim como a GEDEM e o CPM tem consciência da instalação progressiva - a partir da década de sessenta - de um quadro de degradação da estrutura física e social desta cidade onde tem se sucedido crises e conflitos. Não há, porém, a pretensão aqui de entrar no mérito dos fatores sócio-econômicos e/ou políticos causadores desta situação, mas pretende-se buscar uma estratégia de intervenção que possa fazer frente ao problema urbano constatado, procedimento este imperativo e inadiável, até porque atribuição prioritária da administração municipal.

Partindo destas considerações, o trabalho propõe um procedimento resumido com relação a pesquisas e levantamento de dados para obtenção de um diagnóstico detalhado.

O Grupo de Trabalho é composto de elementos com acumulação de conhecimento e experiência sobre os conflitos urbanos de Salvador através de trabalhos para assentamentos de baixa renda e implementação de programas de recuperação de áreas carentes, bem como de contatos com diversas comunidades no acompanhamento e busca de solução para seus anseios; além disso, o grupo tem participado de estudos e planos referentes ao ordenamento global da cidade. Torna-se, assim, possível contar com uma apreensão da realidade atual que sirva de lastro para a estratégia pretendida.

---

\* ou: (...) no cumprimento da sua atribuição de elaborar e/ou gerenciar planos urbanísticos (...)

\* ou: (...) no cumprimento da sua atribuição de definir, coordenar e executar políticas, diretrizes e metas do planejamento (...)

\*\* Designação sugerida para o GT com base no exposto no parágrafo anterior.

Em todo o caso, vale assinalar que esta é um proposta para HOJE e que deve ser periodicamente avaliada quanto a situações que tendam a causar transformações estruturais no relacionamento entre empreendimentos e atividades e o ambiente natural e construído.\*

As sugestões apresentadas visam criar mecanismos de articulações para intervenções que facilitem a integração das várias micro-áreas com o seu entorno, além de instrumentos normativos, informações e instruções ao alcance de toda a população, num processo gradual e contínuo.

Vale ainda ressaltar que este programa deverá se coordenar com os planos dos órgãos de governo envolvidos com o problema da moradia e com as reivindicações das entidades representativas da população carente dos bens e serviços urbanos.

---

\* Ver Relatório Final do Encontro de Trabalho Sobre Estratégia para o Planejamento Urbanístico de Salvador - CPM, GEDEM, Sub-Gerência de Planos Específicos - Salvador, Fevereiro/1991.



### **Objetivo Superior**

Contribuir para a integração de áreas de baixa renda no contexto urbanístico da Cidade do Salvador.

### **Objetivo Imediato**

Desenvolver uma estratégia de intervenção que contemple as especificações dos vários sub-espacos da Cidade e suas inter-relações; na composição desta estratégia se integram também os planos dos órgãos de Governo e das Associações Comunitárias.

### **Resultados Esperados**

- . Acesso gradativo a condições adequadas de moradia às parcelas mais pobres da população urbana.
- . Diminuição de conflitos decorrentes da vizinhança imediata de áreas com padrões de habitação e infra-estrutura subnormais com áreas bem estruturadas.
- . Regularização fundiária através da Concessão do Direito Real de Uso.
- . Mecanismos de locação ou de concessão coletiva.
- . Diminuição da marginalização decorrente da periferização externa ou interna.
- . Acesso ao exercício da cidadania à população marginalizada possibilitado por uma promoção social decorrente de sua participação efetiva em todas as fases do Programa.

### **METODOLOGIA**

A Metodologia a ser adotada prende-se a valores que orientam e fundamentam o trabalho:

- . a participação popular
- . a consideração dos valores simbólicos e culturais da comunidade
- . a garantia da cidadania para toda a população
- . o referencial da autonomia municipal
- . a garantia de recursos para os investimentos necessários à implantação do Programa.

Como já foi dito na Apresentação, este trabalho pretende resumir os procedimentos relativos a pesquisas, levantamento de dados e à confecção de um diagnóstico detalhado. Isto porque a vivência e prática da equipe com relação ao problema possibilitam a apreensão e o conhecimento da realidade.

Além de um aproximação vivida de forma continuada pelo "GT-APSE" com a problemática nas áreas e com literatura específica, o Trabalho já contém, como Produto-Meio, uma identificação da situação atual relativa à crise urbana da cidade; esta identificação é resultante dos seguintes passos:

- . coleta e organização de dados e trabalhos existentes sobre APSE e ÁREAS DE BAIXA RENDA (Leis, Decretos, Projetos e Propostas de Intervenção em Áreas de Baixa Renda, Termos de Referência específicos para a APSE, Planos Urbanísticos para APSE e Áreas de Baixa Renda, Cartografia, documentos diversos);
- . estudo e análise de confronto entre os trabalhos produzidos e a realidade social (estudo do conteúdo dos Planos, dos resultados práticos, dos problemas que impedem a implementação dos planos e da aplicabilidade da legislação específica sobre APSE);
- . sistematização de dados;
- . avaliação em campo do impacto relativo às intervenções urbanísticas;
- . visitas para reconhecimento das especificidades;
- . contatos com lideranças;
- . encaminhamento de reivindicações a órgãos da PMS com articulação de contatos sobre obras;
- . contatos com a SETHA para controle do Processo de legalização fundiária em curso.

Desta etapa preliminar resultaram Produtos Finais calcados em um quadro de referências onde são consideradas as inter-relações, existentes nas diversas áreas, sub-espacos ou núcleos e entre estes e o seu entorno.

Vale ressaltar que o trabalho procura nas etapas que se seguem, resgatar diretrizes para estratégia da PROPOSTA PARA O PLANO DE AÇÃO INTEGRADA<sup>(1)</sup> e do PROJETO COMÉRCIO - 2ª ETAPA<sup>(2)</sup>, além de se compatibilizar com o PLANO TRIENAL DO MUNICÍPIO.

---

(1) PROPOSTA PARA O PLANO DE AÇÃO INTEGRADA - SEPLAM (Coordenação), SECOM, SMEC, RENURB, PROJETO COMUNITÁRIO - ago/1989.

(2) PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO COMÉRCIO - SEPLAM - 1988.

## PROPOSTAS FINAIS

- 1 - Proposta de implementação de Ações de Curtíssimo Prazo a partir das reivindicações da comunidade que se refiram aos problemas mais críticos e que requeram dispêndio de recursos de pequena monta.

(como: legalização da posse, reparos urgentes no sistema de drenagem, dentre outros).

Esta proposta, em princípio deverá ser implementada em 3 semanas.

A prioridade para estas intervenções deverá ser dada:

- a - às áreas onde o desenvolvimento comunitário atingiu um nível de esclarecimento dos problemas capaz de as fazer representar junto à administração governamental com pressões por atendimento às suas necessidades; nestas áreas, o desenvolvimento citado também contribui para a formação de uma posição de cooperação efetiva quanto à implementação e manutenção de melhorias;
- b - às áreas com as características citadas acima e que estão em situação de crise emergente através pressões para expulsão da população de entorno ou pressões outras (especulação imobiliária ou disputa por mudança de uso para grandes empreendimentos, por exemplo);
- c - às áreas que dispõem de possibilidade de financiamento para execução de intervenções, e vontade política.

Em paralelo ao Produto "1" desenvolvem-se:

- Um Programa de cadastro, mapeamento e contatos para atualização de problemas, para seleção e priorização de novas ações consensuais de curtíssimo prazo e para ações de curto prazo.

Análise da linhas de prioridade política e das áreas visadas pelos especuladores imobiliários (mercado e imobiliário)

## 2 - Proposta de Ações de Curto Prazo

As ações de curto prazo, também consensuais - decididas após reuniões técnicas e com a comunidade - direcionam-se para a integração da área no contexto urbano.

Nesta proposta incluem-se: Sistema de articulação entre órgãos, pré-quantificação dos serviços, contatos com o órgão específico para desenvolver um projeto de captação de recursos e com órgão financiador. O prazo de implementação deverá ser de 3 meses.



A prioridade para esta intervenção deverá ser dada:

- às áreas referidas nos itens (b) e (c) com o objetivo de dar melhorias que qualifiquem o meio ambiente natural e construído o que poderá diminuir possíveis rejeições sociais da vizinhança.

Em paralelo ao Produto "2" desenvolvem-se:

- uma reunião ou seminário para avaliação do Trabalho;
- avaliação da aplicação da legislação urbanística;
- sistematização dos projetos existentes em órgãos e entidades: EMBASA, COELBA, SECRETARIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, TELEBAHIA, SEMAS, SEMIN, SUMAC, LIMPURB, SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, SUCOM;
- articulação com os projetos ou planos setoriais existentes;
- contatos para atualização de problemas e para seleção e priorização de novas ações consensuais e curtíssimo e curto prazo;
- seleção e priorização de ações sugeridas através de avaliação, inclusive para ações de médio prazo.

### 3 - Proposta de Ações de Médio Prazo

As ações de médio prazo poderão ser desenvolvidas com gerenciamento de associação comunitária que demonstre competência.

Esta ações compreendem Planos de Intervenção que incluam prioritariamente:

- Circulação viária (vias de acesso coletivo prioritário e acesso ao transp. part. para 1<sup>o</sup> socorros)
- percursos de pedestres
- infra-estrutura
- localização de equipamentos institucionais, comerciais e de serviço e industriais
- mobiliário urbano
- sistema de coleta de lixo

Além disso deverão ser institucionalizados os instrumentos para regularização fundiária, ante-projetos de lei, parâmetros urbanísticos (avaliados).

Esta proposta deverá seguir os Termos de Referência para APSE.  
As ações de médio prazo deverão ter duração de 6 meses ou mais.

#### 4 - Proposta de Ações Corretivas

Ações resultantes da avaliação contínua e rotineira, da avaliação das tendências, das transformações.

#### CONCLUSÃO

Para que este Programa seja viável, é necessário insistir na fixação de um sistema de articulação entre órgãos, com gerenciamento do CPM e fixação dos diversos papéis a serem desempenhados.

A sugestão de uma reunião preliminar com os diversos órgãos, seguida da elaboração de um documento que dê uma idéia preliminar dos primeiros custos, visa possibilitar a confecção de um cronograma para ser cumprido efetivamente.